



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSUMO

1.1. Este termo, tem como objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO S10/ÓLEO DIESEL) À FROTA DOS VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS E DOS FUNDOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE/AP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

item	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	Valor estimado no mês 07/2024 (mercado local)		Percentual Mínimo de desconto aceitável
				UNITÁRIO	TOTAL	
1	GASOLINA COMUM, COLORAÇÃO AMARELA, ASPECTO LIMPIDO E ISENTO DE MATERIAL EM SUSPENSÃO, APLICADA COMO COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO	Litros	450.707	R\$ 6,53	R\$ 2.943.116,71	3%
2	OLEO DIESEL COMUM OU S500, ADITIVADO, COM AGENTES DETERGENTES/DISPERSANTES, ANTI ESPUMANTE, ANTICORROSIVO E DEMULSIFICANTES, NÚMERO DE CETENO DE NO MÍNIMO 48, COLORAÇÃO INCOLOR E AMARELADA PODENDO ALTERAR PARA MARROM E ALARANJADA COM TEOR DE ENXOFRE MÁXIMO DE 10 PPM. ASPECTO LIMPIDO E ISENTO DE MATERIAL EM SUSPENSÃO	Litros	399.329	R\$ 6,68	R\$ 2.667.517,72	3%
3	OLEO DIESEL COMUM OU S-10, ADITIVADO, COM AGENTES DETERGENTES/DISPERSANTES, ANTI ESPUMANTE, ANTICORROSIVO E DEMULSIFICANTES, NÚMERO DE CETENO DE NO MÍNIMO 48, COLORAÇÃO INCOLOR E AMARELADA PODENDO ALTERAR PARA MARROM E ALARANJADA COM TEOR DE ENXOFRE MÁXIMO DE 10 PPM. ASPECTO LIMPIDO E ISENTO DE MATERIAL EM SUSPENSÃO	Litros	303.377	R\$ 6,71	R\$ 2.035.659,67	3%
Valor Total R\$ >>>>>>>>>>>>>>>>>>>				R\$ 7.646.294,10		



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE-AP
CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024-CL/PMPG
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2003.05452.2024

- 1.2. Para aceitação da proposta a licitante deverá ofertar o percentual mínimo de desconto, no caso 3% (três por cento), sobre a média do preço estimado no período.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 508/2021 – GAB/PMPG, que regulamenta o Art. 20 da Lei Federal Nº 14.133/2021
- 1.5. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) da assinatura do instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. *O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, em virtude da não elaboração do mesmo no ano corrente de 2024*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Os critérios de sustentabilidade dos itens deste TR, são os mesmos que constam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, não discorrendo nenhum caso oportuno, junto a:

4.1.2. Critérios e legislações relacionadas a sustentabilidade e correlatas vigentes, inclusive, referente ao abastecimento de combustíveis e demais produtos e serviços relacionados ao objeto a ser licitado (artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005), observar em todo caso o GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS, Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS DECOR/CGU/AGU 2019 setembro 2ª edição, revista, atualizada, ampliada

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 4.2. Na presente contratação NÃO será indicada marcas ou modelos

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.2.1. *Na presente contratação NÃO há nenhum tipo de vedação de marca ou produto compatíveis com a especificação.*

Da exigência de amostra

- 4.3. *Dada a natureza do objeto, não será exigido amostra dos itens deste termo*



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE-AP
CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024-CL/PMPG
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2003.05452.2024

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. *Não será exigida carta de solidariedade nesta contratação*

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, **caso admitida**.

Garantia da contratação

4.7. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em virtude na natureza do objeto*

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação, **caso exigida**.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de fornecimento do combustível nas bombas exclusivas da contratada é de 10 dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, juntamente com a ordem de fornecimento, a qual indicará os quantitativos pretendidos pela contratante.

5.2. Caso as bombas exclusivas destinadas a contratante não estejam operando, ou estejam desabastecidas, a Contratada abastecerá normalmente os veículos nas demais bombas, nos mesmos critérios técnicos estabelecidos.

5.3. O abastecimento dos veículos oficiais deverá ser realizado em posto situado a um raio de até 15 quilômetros da sede da Prefeitura Municipal de Porto Grande, localizado na Rodovia Perimetral Norte, s/n, Bairro Centro Porto Grande/AP

5.4. A contratada, disponibilizará bombas de abastecimento exclusivas para a contratante, que deverá comportar somente os combustíveis demandados pela mesma.

5.5. o abastecimento será realizado diretamente nas bombas exclusivas de combustível da CONTRATADA, no endereço indicado na proposta

5.6. Para fornecimento das quantidades adquiridas proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com as necessidades e conveniências da CONTRATANTE:

5.6.1. a CONTRATANTE encaminhará seus veículos oficiais até o posto de abastecimento, dentro do horário de funcionamento deste, o qual não poderá ser inferior ao intervalo de horário das 7 (sete) às 21 (vinte e uma) horas

5.6.2. a CONTRATADA fornecerá os produtos mediante a apresentação da “Requisição de Saída de Veículo para Abastecimento”, conforme modelo previamente apresentado pela CONTRATANTE e acordado pelas partes, devidamente datada e assinada por funcionário autorizado da PMPG

5.6.3. a “Requisição de Saída de Veículo para Abastecimento” deverá ser devidamente preenchida com as informações relativas ao abastecimento e assinada por funcionário do posto que executar o fornecimento

5.7. O combustível será recusado no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição ou a presença de outras substâncias, em percentuais além dos autorizados em sua composição



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE-AP
CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024-CL/PMPG
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2003.05452.2024

5.8. O combustível recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do recebimento pela CONTRATADA da formalização da recusa pela CONTRATANTE, arcando a CONTRATADA com os custos dessa operação, inclusive os de reparação

5.9. Para o abastecimento dos veículos oficiais, deverá ser especificado o quantitativo em litros do combustível fornecido, no preenchimento da requisição do Serviço de Transportes ou tickets, bem como deverá ser fornecido o devido comprovante

5.10. Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada

5.11. Em caso de panes, falta do combustível, casos fortuitos ou de força maior, a CONTRATADA deverá providenciar alternativas de abastecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 1 (uma) hora, após o recebimento da formalização de descontinuidade dos serviços emitida pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato

5.12. A contratada, disponibilizará a contratante, tickets de abastecimento que deverá conter as seguintes informações:

- 5.12.1. Tipo de combustível
- 5.12.2. Quantidade em litros do combustível fornecido
- 5.12.3. Selo holográfico, marca d'água ou carimbo
- 5.12.4. logo da empresa

5.13. Não será permitido a contratada informar nos tickets os valores adquiridos, uma vez que a contratante estará adquirindo os combustíveis em litros

5.14. O preço unitário considerado para o fornecimento do combustível será o preço médio quinzenal do Município de Porto Grande ao consumidor, com levantamento dos preços locais pelo responsável indicado pela administração, deduzido do desconto ofertado na proposta da licitante vencedora

5.15. O preço médio quinzenal dos combustíveis do município de Porto Grande ao consumidor deverá ser realizado pelo funcionário da administração indicado para esse fim

5.16. O preço unitário poderá sofrer variação, conforme divulgação de preço pela Agência Nacional do Petróleo – ANP

5.17. No preço contratado já se encontram computados todos os impostos, tarifas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

5.18. O percentual de desconto, oferecido na proposta vencedora, incidirá sobre a média de preço entre os postos local, e será fixo e irrevogável durante toda a vigência contratual.

Preposto

5.19. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário

5.20. O preposto deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o seu nome completo, nº CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

5.21. O preposto, uma vez indicado pela CONTRATADA e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o contrato, para tratar de assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência

5.22. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE-AP
CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024-CL/PMPG
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2003.05452.2024

Das obrigações entre as partes

5.23. *As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*

5.24. *A CONTRATADA deve, além das demais obrigações constantes neste termo de referência:*

5.24.1. nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato

5.24.2. manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições

5.24.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.24.4. responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

5.24.5. fornecer somente combustível que se enquadre nas especificações da Agência Nacional de Petróleo – ANP ou do órgão federal responsável;

5.24.6. garantir que todo combustível registrado pela bomba seja abastecido no veículo indicado e cadastrado na frota da CONTRATANTE;

5.24.7. controlar para que os veículos cadastrados sejam abastecidos com o combustível para o qual está autorizado;

5.24.7.1. Em caso de abastecimento de combustível fora das especificações e/ou do tipo apropriado para o veículo, a CONTRATADA arcará com o ônus do fato

5.24.8. relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados;

5.24.9. responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes do fornecimento de combustível da frota tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei;

5.24.10. responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do contrato;

5.24.11. fornecer a seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT do MTE, bem como cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;

5.24.12. observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção a incêndio, recomendadas por lei.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE-AP
CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024-CL/PMPG
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2003.05452.2024

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O mesmo será nomeado por meio de decreto atribuindo a função de fiscalizar o referido instrumento, no ato de celebração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento e abastecimento

7.1. O combustível será abastecido diretamente nas bombas exclusivas destinadas a contratada, de forma sumária, mediante apresentação dos tickets de abastecimento.

7.2. O combustível será recusado no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição ou a presença de outras substâncias, em percentuais além dos autorizados em sua composição.

7.3. O combustível recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do recebimento pela CONTRATADA da formalização da recusa pela CONTRATANTE, arcando a CONTRATADA com os custos dessa operação, inclusive os de reparação.

7.4. Caso a contratante necessite, poderá a qualquer momento durante o período de vigência da contratação, solicitar testes químicos para contratada, visando comprovação da qualidade dos combustíveis.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE-AP
CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024-CL/PMPG
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2003.05452.2024

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.8.1. o prazo de validade;
- 7.8.2. a data da emissão;
- 7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.8.5. o valor a pagar; e
- 7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE-AP
CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024-CL/PMPG
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2003.05452.2024

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.22. *A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.*

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral, conforme pedido da contratante via ordem de fornecimento.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos de habilitação que estarão discriminados no edital da licitação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. *O custo estimado total da contratação é de **R\$ 7.646.294,10 (Sete milhões seiscentos e quarenta e seis mil duzentos e noventa e quatro reais dez centavos)**, conforme custos médio unitários no mês de julho apostos na tabela do item 1.1.*

9.1.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021:*

9.1.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

9.1.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

9.1.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Em virtude do sistema de registro de preços, a dotação orçamentária apenas será exigida no ato de formalização do instrumento contratual



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE-AP
CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024-CL/PMPG
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2003.05452.2024

RESPONSÁVEL REQUISITANTE

SANDRA ANDREA SILVA DE ALMEIDA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEC. 1856/2024-GAB/PMPG